

INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO URBANO:

UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA MAS NÃO SUFICIENTE¹

INNOVATION, DEVELOPMENT AND URBAN SPACE:

A NECESSARY BUT NOT ENOUGH RELATIONSHIP

VALDIR ROQUE DALLABRIDA^{A, B, E, F}

Universidade do Contestado, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Canoinhas, SC, Brasil

MARIA DAS MERCÊS CABRITA MENDONÇA COVAS^{A, B, E, F}

Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Faro, Algarve, Portugal

ANTÓNIO MANUEL ALHINHO COVAS^{A, B, E, F}

Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, Faro, Algarve, Portugal

R E S U M O : Há uma relação intrínseca entre inovação, desenvolvimento e espaço urbano, desde as abordagens teóricas clássicas até as contemporâneas. As variadas abordagens diferem quanto aos fatores decisivos de inovação. Eis a questão instigante: em que contribuiram tais abordagens para avançarmos enquanto civilização, ou seja, até que ponto a relação triangular, apesar de necessária, é suficiente? Objetivamente, tomamos o espaço urbano como foco principal, por ser considerado o lócus privilegiado na origem dos processos de desenvolvimento. Todavia, essa relação não pode ser simplesmente instrumental e/ou funcional, uma vez que a cidade pode gerar inúmeras disfunções, quer no seu interior, quer no seu entorno territorial. Quer dizer, temos uma cidade criativa e tecnologicamente avançada, mas temos, também, uma cidade desigual, guetizada e civicamente pobre. Por causa desse aparente paradoxo, o texto propõe um padrão de desenvolvimento integrador, mais inteligente, mais inclusivo, mais eclético, ou seja, eticamente mais responsável perante os seus cidadãos.

P A L A V R A S - C H A V E : inovação; criatividade; desenvolvimento integrado; espaço urbano; redes digitais; (i)conomia colaborativa.

A B S T R A C T : *The specialised literature is almost unanimous regarding the close relationship between innovation, development and urban space, from the classic theoretical approaches to the contemporaneous ones. Several approaches consider a lot of fundamental factors in order to develop the innovation process. The main instigative question is the following: all of these approaches have contributed to effective civilizational advances or are we far behind the positive cause-effect relationship between innovation, development and urban space? This question is justified by the fact that several divergences and dysfunctions can occur in the urban-rural environment. That means that we have at the same time a creative city, technologically speaking, and an unequal city which is very poor from the civilizational point of view. For the purpose of this apparent paradox, this paper deals with a more intelligent, inclusive and eclectic development process, a more suitable and responsible pattern for citizenship.*

K E Y W O R D S : *innovation; creativity; integrative development; urban space; digital networks; collaborative (i)conomics.*

Contribuição de cada autor/a: **A.** fundamentação teórico-conceitual e problematização; **B.** pesquisa de dados e análise estatística; **C.** elaboração de figuras e tabelas; **D.** fotos; **E.** elaboração e redação do texto; **F.** seleção das referências bibliográficas.

1 O presente texto faz parte da discussão teórica prevista na execução de projeto de pesquisa, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado "Signos Distintivos Territoriais e Indicação Geográfica: um estudo sobre os desafios e perspectivas como alternativa de Desenvolvimento Territorial", envolvendo pesquisadores de universidades do Brasil, Espanha, Portugal e Argentina.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p360>

INTRODUÇÃO

É recorrente a literatura acadêmica estabelecer uma relação intrínseca entre inovação, desenvolvimento e espaço urbano. Tomamos este debate teórico para fazer algumas inferências ao espaço urbano e suas conexões territoriais, dado que a relação entre inovação e processos de desenvolvimento não é suficiente, em especial se considerarmos a necessidade de qualificá-la com, no mínimo, três características de carácter sistêmico: inovação, sustentabilidade, integração.

Sobre as possibilidades de uma perspectiva inovadora e integradora do desenvolvimento, em Fernández e Dallabrida (2010) são feitas reflexões que ainda parecem atuais. Os autores já apontavam a necessidade de superação dos padrões tradicionais de desenvolvimento das regiões periféricas, pela qualificação do sistema de conectividades multiescalares dos sistemas sociais de produção, fortalecendo, estendendo territorialmente e sinergizando as interações cruzadas entre as instituições macronacionais, meso e microrregionais, de modo a: (i) poder formular/melhorar os diagnósticos mesorregionais através de estudos comparados de aglomerações produtivas, reconhecendo nessas suas fortalezas, debilidades e potenciais conexões mútuas, ao mesmo tempo em que se exploram seus efetivos potenciais, vinculados com as competências/ações/programas das instâncias institucionais instaladas nas diferentes escalas territoriais; (ii) avançar efetivamente em conexões fundadas no desenvolvimento de infraestruturas estratégicas para cada escala territorial, aspecto da maior relevância para territórios e regiões periféricas, tradicionalmente desconectados dos nós econômicos e tecnológicos meso e macrorregionais, justificado, essencialmente, no fato de essas áreas serem deficitárias de plataformas operativas para se ingressar nas redes translocais que conformam os âmbitos nacionais; e (iii) interconectar aquelas questões à geração e distribuição de informação sensível para as estratégias de negócio e a melhora de processos produtivos, a capacitação em matéria de acessos aos mercados, o emprego e o financiamento, assim como dar suporte e estímulo às dinâmicas de cooperação para o desenvolvimento de aprendizagens coletivas entre atores econômicos e institucionais, tanto do nível intraterritorial, como exógeno. Este último aspecto torna-se fundamental, se considerada a perspectiva de os sistemas sociais de produção avançarem para segmentos de atividades da cadeia de valor global em que estão ausentes, ou seja, de obterem melhoras para qualificar o posicionamento dentro das cadeias globais.

Infelizmente, os autores chegam a uma conclusão nada animadora, ao se referirem à possibilidade de concretizar os aspectos apontados. A razão principal apontada era a falta de elites diretivas e intelectuais e bases de coalizão social, decididas a reverter trajetórias institucionais e ações coletivas consolidadas, que favorecessem novos padrões de desenvolvimento. Além disso, outro aspecto apontado referia-se à falta de uma efetiva disposição a pensar o desenvolvimento de uma forma integral e integradora, de modo a evitar incorporar acriticamente teorias e sugestões de políticas que viessem reforçar formas de reprodução social e territorial de tipo fragmentárias, concentradoras e excludentes (FERNÁNDEZ; DALLABRIDA, 2010).

O lamentável é que, decorrido um tempo já significativo, até o momento atual, não só pouco se avançou, como a conjuntura política e econômica de países emergentes como o Brasil aponta para possíveis retrocessos: avançamos para sistemas produtivos que convergem com a reprimarização da economia, mantemos relações internacionais fortemente voltadas à exportação de *commodities*, no meio urbano

privatizamos espaços públicos com a conseqüente exclusão de pessoas e dificultamos nossa circulação, dentre outras posturas tradicionais, excludentes e subordinantes. Na dimensão da sustentabilidade do desenvolvimento, apenas ensaiamos acordos internacionais que apontam para avanços futuros, como o exemplo da redução das emissões mundiais de CO₂.

A pergunta que se faz e impõe é a seguinte: como corrigir a relação necessária, mas não suficiente, entre inovação e desenvolvimento, uma vez que pode haver uma divergência ou disfunção grave entre espaço urbano tecnologicamente inteligente, elitista e exclusivo, e espaço urbano como espaço cognitivo, inclusivo e integrador? De resto, esta divergência está bem expressa no tecido urbano das médias e grandes cidades, em especial, na América Latina. Esse é, também, o paradoxo da inovação tecnológica e da cultura virtual, ou seja, a uma comunidade *on line* não corresponde, necessariamente, uma comunidade *off line*. Em síntese, a cidade e o espaço urbano em geral têm de ser muito mais criativos, ir muito além do domínio meramente tecnológico, isto é, têm de proporcionar a formação de uma verdadeira inteligência coletiva territorial sob a forma de capital social criativo como é proposto, por exemplo, por Esteve (2011).

Neste artigo, temos o propósito de refletir sobre essa interrogação. Para atentar a esse propósito, metodologicamente, o fazemos pela revisão das principais abordagens teóricas que relacionam inovação, desenvolvimento e espaço urbano, tanto as clássicas como as contemporâneas.

Assim, além dessa introdução temática, o texto é composto por mais quatro partes: a primeira, referindo-se ao percurso metodológico; a segunda, contemplando o referencial teórico; a terceira, tecendo considerações sobre as perspectivas de desafios resultantes dos embates teóricos, com apontamentos teórico-práticos do tipo prospectivos e seus impactos na realidade; e, por último, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Sinteticamente falando, no presente texto propõe-se revisar as abordagens teóricas que relacionam inovação, desenvolvimento e espaço urbano, desde as clássicas até os enfoques contemporâneos. Daremos destaque às abordagens que possam servir de referência para o entendimento dos possíveis reflexos na (re)formatação do espaço urbano, sem deixar de mencionar as que tratam do desenvolvimento como um processo integrado urbano-rural. Portanto, o presente texto tem formato de um ensaio teórico, sustentado em estudos bibliográficos.

Revisaremos aqui as principais abordagens teóricas, iniciando pela clássica referência à Schumpeter, passando pelas abordagens neoschumpeterianas, pela contribuição do debate sobre o papel da classe criativa, por outras abordagens que relacionam inovação e desenvolvimento à perspectiva territorial, das redes colaborativas como novas perspectivas da contemporaneidade, até o contributo recente da *(i)conomia*.

A DISCUSSÃO SOBRE INOVAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE SCHUMPETER

A relação entre inovação e desenvolvimento já foi abordada por autores clássicos, dentre os quais Schumpeter (1982). O autor defendeu a ideia de que as mudanças

estruturais que caracterizavam o desenvolvimento econômico não podiam ser adequadamente explicadas apenas em função do uso eficiente dos recursos por parte dos agentes econômicos, em função das condições do mercado e das técnicas disponíveis. Argumentava que o elemento motriz da evolução do capitalismo seria a inovação, sendo que o indivíduo que exercita essas novas combinações, inserindo as inovações no sistema produtivo, é o inovador, ressaltando o papel do empresário inovador.

Apesar de não ser refutável sua argumentação, versões contemporâneas sobre inovação acrescentam novos elementos na relação entre inovação e desenvolvimento: por exemplo, o foco no meio ou entorno.

ABORDAGENS NEOSCHUMPETERIANAS SOBRE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O FOCO NO MEIO

Das abordagens neoschumpeterianas, destacam-se as que se referem aos meios inovadores, às regiões inteligentes e territórios inovadores. Tais abordagens sustentam-se na defesa de que a inovação não é um fenômeno de caráter individual, senão coletivo. Além disso, a inovação seria promovida pelo entorno ou meio em que a empresa está inserida, não sendo, portanto, resultante exclusiva nem prioritária da decisão de um empresário inovador. Não se trata de negar a importância da empresa e empresário inovadores, senão que procurar ressaltar o papel do entorno ou meio na inovação. Ou seja, ambas as dimensões, a organizativa (empresa) e a espacial (o entorno territorial), influem de forma conjunta e se complementam, ainda que a importância seja diversa segundo o tipo de empresa (DALLABRIDA, 2010).

O MEIO INOVADOR (*MILLIEUX INNOVATEURS*)

A introdução do enfoque teórico sobre meio inovador ocorreu ainda na década de 1970, resultando de estudos realizados no *Groupe de Recherche sur les Millieux Innovateurs* (GREMI), liderados inicialmente por Aydalot (1986), depois envolvendo outros pesquisadores, tais como, Crevoisier (1993), Camagni (1995) e Maillat (1995).

Os estudos iniciais mostraram estar em curso um processo de transformação das hierarquias espaciais. O retrocesso de algumas tradicionais regiões centrais e a emergência de processos de dinamismo continuado em regiões periféricas ou semiperiféricas tornou claro que as teorias espaciais dominantes poderiam explicar as hierarquias urbanas existentes, mas não a sua transformação, isto é, não explicavam os processos de desenvolvimento com gênese no território. Resumidamente, os estudos partiam da hipótese de que o sucesso nas trajetórias de desenvolvimento de certas regiões resulta de suas capacidades intrínsecas de fabricar novos produtos, adotar novos processos produtivos, bem como assumir configurações organizacionais e institucionais inovadoras (CREVOISIER, 1993). Assim, a empresa não seria o agente inovador isolado, passando a ser parte do meio que a faz agir. Portanto, os comportamentos inovadores não são nacionais, mas territoriais, e o que caracteriza os meios inovadores não é a dotação de atributos naturais ou de localização, mas, sobretudo, a densidade do seu tecido social, ou do seu capital relacional (MAILLAT, 1995).

Em síntese, a abordagem sobre meios inovadores sustenta-se na tese de que a inovação tem um caráter coletivo, resultando, em especial, de fatores sócio-histórico-culturais, econômicos e ambientais ancorados num determinado meio, o território.

AS REGIÕES INTELIGENTES E OS TERRITÓRIOS INOVADORES

Do debate sobre conhecimento e competitividade territorial, entre economistas e geógrafos, surgem duas abordagens, que, apesar de terem origens diferentes, se complementam: regiões inteligentes e territórios inovadores.

O conceito de região inteligente surge na sequência das abordagens sobre meios inovadores, centrado na dialética inovação e território, bem como nas dinâmicas interativas de aprendizagem. Foi Florida (1995) quem sugeriu o conceito região inteligente, ou regiões em processos constantes de aprendizagem (*learning region*), para se referir às regiões ou territórios capazes de funcionarem como coletores e repositórios de conhecimentos e ideias e de proporcionarem o ambiente e as infraestruturas facilitadoras dos fluxos de conhecimentos, ideias e práticas de aprendizagem.

Segundo Ferrão (1996), a noção de região inteligente apresenta quatro aspectos de interesse e utilidade para o aprofundamento da relação entre inovação e desenvolvimento territorial: (i) centra o debate em torno das condições territoriais de desenvolvimento, complementando as visões que valorizam a ótica dos impactos territoriais; (ii) cria uma matriz que permite integrar grande parte do patrimônio recente das diversas ciências regionais, assegurando coerência e uma finalidade clara; (iii) defende uma análise preocupada em entender de forma sistemática as práticas dos diversos atores (indivíduos e coletivos) no quadro de comunidades territoriais específicas; (iv) fornece argumentos favoráveis ao reforço da importância das políticas de base territorial.

Interpretando, é possível atribuir a categoria de inteligentes àqueles territórios, regiões ou cidades capazes de gerar ou incorporar conhecimentos necessários para atribuir valor de forma eficiente e racional aos seus recursos e ativos, para assim contribuir na melhoria da qualidade de vida da sociedade que as habita e estimular a realização pessoal dos seus cidadãos.

De outra parte, impõe-se uma progressiva identificação e incorporação dos recursos e ativos territoriais às lógicas socioeconômicas, reafirmando a tese de que todo o processo de desenvolvimento requer a utilização imaginativa, racional, equilibrada e dinâmica dos bens patrimoniais de um território (CARAVACA; GARCÍA, 2009). “Deste modo, parece que somente deveriam ser qualificados como inteligentes aqueles territórios que, utilizando seus próprios recursos de uma forma ambiental, social e economicamente eficiente, consigam gerar verdadeiros processos de desenvolvimento territorial integrado” (CARAVACA; GARCÍA, 2009, p. 37).

Nesse sentido, os mesmos autores, ao analisarem a situação da cidade de Sevilha (Espanha), assumem uma posição pessimista, afirmando que a mesma não se enquadraria como um território inteligente, apesar dos inúmeros esforços reconhecidos pelos autores. A justificativa dos autores está alicerçada, em especial, em dois aspectos. Primeiramente, em que seus recursos não só não têm sido utilizados para resolver as disfunções e problemas, para assim avançar no processo de desenvolvimento, senão que têm contribuído para agravar os existentes e até criar outros. Em segundo lugar, em que os cidadãos têm perdido protagonismo efetivo na produção do seu *habitat*, o qual está nas mãos dos técnicos. Defendem os autores a urgente redefinição dos modelos territoriais e urbanos, como uma transcendência a um contexto normativo supramunicipal, até o momento muito débil. Por fim, complementam, afirmando que, em meio às múltiplas tensões e contradições a que as sociedades atuais precisam

fazer frente, na sociedade da informação e do conhecimento, torna-se cada vez mais importante a forma como se articulam os distintos âmbitos territoriais no espaço global de fluxos e redes.

É a partir desse debate teórico que autores como Méndez (2002) introduzem o conceito de território inovador. O conceito de inovação, para o autor, é entendido como a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente. Assim, é possível referir-se ao território inovador, fazendo referência aos âmbitos espaciais em que seus atores e instituições forem capazes de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos desafios que se lhes apresentam em cada momento da história. Segundo o autor, o padrão de desenvolvimento de um território inovador precisa atender às características de um desenvolvimento territorial integrado, incluindo as dimensões econômicas do desenvolvimento, mas também, e com o mesmo destaque, as dimensões sociais, ecológicas, culturais, ético-políticas e a ordenação territorial.

Complementarmente, Méndez (2016) apresenta a inovação como estratégia necessária para revitalizar as economias urbanas e, também, para conseguir sociedades mais inclusivas e cidades mais sustentáveis e menos desiguais. Assim, apresenta o conceito de cidade inovadora como aquela onde se aplica uma estratégia sistemática orientada a produzir, difundir e aplicar um recurso estratégico, como é o conhecimento em suas diversas formas (analítico, sintético e simbólico), acumulado tanto em sua população e suas empresas, como em suas instituições públicas e organizações sociais, com o objetivo de ampliar o estoque e assim favorecer a melhoria das capacidades disponíveis para promover o desenvolvimento, incentivando tanto sua produção interna como sua transferência desde o exterior, quanto sua aplicação prática, mediante formas adequadas de governança. Como indicativo, o autor propõe práticas econômicas alternativas, tais como formas de produção, trabalho e crédito cooperativos, além de redes e grupos de produção e consumo responsável e espaços de trabalho e grupos de aprendizagem compartilhada.

A argumentação de que o desenvolvimento impõe a utilização imaginativa, racional, equilibrada e dinâmica dos bens patrimoniais de um território reafirma o entendimento de que se considere o patrimônio territorial, ou seja, o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados, de um determinado território, como o referente para um processo de desenvolvimento integrado, inovador e sustentável (DALLABRIDA, 2016).

Portanto, as abordagens sobre regiões inteligentes e territórios inovadores, remetem à noção de inovação territorial, que resulta das condições do meio e de processos de aprendizagem social que ocorrem nos territórios, com vistas ao desenvolvimento.

ABORDAGEM SOBRE SISTEMAS REGIONAIS E NACIONAIS DE INOVAÇÃO

Há um reconhecimento, atualmente, de que as dinâmicas de inovação advêm da geração de recursos cada vez mais dependentes da realidade socioeconômica territorial, da criação de ativos específicos e do potencial criativo dos agentes do desenvolvimento. Assim sendo, a noção de sistema regional de inovação faz referência aos instrumentos para captar, incubar e promover conhecimento, adequando-o às modernas necessidades dos sistemas produtivos locais. Com isso, a promoção de

arranjos institucionais e organizacionais voltados à inovação tem sido mais frequente, assumindo que a competitividade e sustentabilidade regionais têm forte relação com a capacidade das empresas e instituições de inovar, pelo incremento da sua base de conhecimentos. A base conceitual e metodológica dos sistemas regionais de inovação filia-se no ideário proveniente da teoria dos sistemas e da economia da inovação, reconhecendo que a tecnologia e a inovação dependem de um complexo socioeconômico de interações (SANTOS, 2009).

Freeman (1974) foi o principal precursor do conceito de sistema de inovação. No entanto, sua popularização no Brasil ocorreu com as obras de Lundvall (1992) e Nelson (1993). Esses autores destacavam que o processo de inovação caracteriza-se, fundamentalmente, pelo aprendizado interativo. São centrais os conceitos de aprendizado contínuo e interações entre os agentes. Segundo essa concepção, conhecimento e aprendizado são, respectivamente, recurso e processo fundamentais na economia e na sociedade atuais. Dessa forma, segundo o conceito de sistemas de inovação, a inovação e o desenvolvimento originam-se de condições particulares, sociais, institucionais e de características histórico-culturais. São os elementos e as relações presentes em determinado sistema que poderão determinar a capacidade de aprendizado de um país, região ou localidade e, assim, a capacidade de inovação e de adaptação às mudanças do ambiente. Assim, um sistema de inovação compreende um determinado sistema produtivo e o meio político institucional envolvente, indo da escala regional à nacional, até a internacional (LUNDVALL, 1992; NELSON, 1993).

A abordagem em referência ressalta o caráter sistêmico das inovações e ressalta a noção de que o desenvolvimento somente é possível através de uma estratégia que reúna inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais e que integre aspectos econômicos, sociais e ecológicos.

A ABORDAGEM CENTRADA NO PAPEL DA “CLASSE CRIATIVA”

Uma das publicações que ganhou destaque mundialmente versava sobre regiões de aprendizagem ou inteligentes (*Toward the Learning Region*), onde Florida (1995) afirmava que algumas regiões estavam se tornando pontos focais para a criação de conhecimento e aprendizagem na nova era do capitalismo global. Para o autor, os sistemas industriais e de inovação do Século XXI seriam notavelmente diferentes dos que têm operado na maior parte do Século XX, com o que, conhecimento e inteligência humana iriam substituir o trabalho físico como a principal fonte de valor. As organizações intensivas em conhecimento baseados em redes e equipes iriam substituir a burocracia vertical, a pedra angular do Século XX.

Dentre as publicações subsequentes do autor, a que teve maior impacto foi a que se referiu à ascensão da classe criativa. A tese central de Florida (2011)¹ é que a criatividade continua a exercer um papel central no estímulo à revitalização da prosperidade e do crescimento de países, territórios ou regiões. Sustenta sua tese no que chama de *Teoria dos 3 Ts*: tecnologia, talento e tolerância. Assim, segundo o autor, as cidades ou regiões que conseguirem atrair ou reter mais trabalhadores criativos seriam as que teriam maior destaque. Refere-se não apenas aos cientistas, desenvolvedores de softwares, escritores, professores, médicos, investidores de risco e outros que já integram a classe criativa, mas operários, prestadores de serviços e pequenos empresários criativos.

¹ A obra original foi publicada na língua inglesa em 2002, sendo que a referência aqui utilizada trata-se de versão traduzida para o português, publicada por uma editora brasileira.

A criatividade, em tempos de crise, pode e deve ser aproveitada como ativo principal, Florida (2011, p. XIII) afirma: “Como a criatividade é a força motriz do crescimento econômico, a classe criativa se tornou a classe dominante da nossa sociedade em termos de influência”. Para o autor, a criatividade é multidimensional e apresenta-se de diversas formas. Por exemplo, a criatividade tecnológica e econômica é fomentada pela criatividade cultural e interage com ela.

Sobre a criatividade, podemos ainda inferir, a partir de Florida (2011), que: (i) ela é essencial para a maneira como vivemos e trabalhamos hoje, em vários sentidos; (ii) é multifacetada e multidimensional, pois não se resume ao mundo do trabalho ou dos negócios, envolvendo diferentes hábitos e formas de pensar que precisam ser cultivados tanto no indivíduo como na sociedade; (iii) requer uma atmosfera acolhedora que forneça um conjunto amplo de estímulos sociais, culturais e econômicos; (iv) o processo criativo é social, não só individual, logo requer formas de organização diferenciadas, pois elementos das organizações podem reprimir a criatividade.

A ascensão da classe criativa e a valorização de elementos de ordem intangível nas relações humanas e no mundo da produção são considerados por Florida (2011) como elementos de um novo paradigma. Afirma o autor que as profundas transformações de nossa era não são tecnológicas, mas sociais e culturais. E conclui, mais adiante:

O grande milagre da nossa era não está relacionado ao que os artefatos podem fazer ou à velocidade de sua evolução. O grande milagre é a extraordinária expansão da criatividade que produziu tais artefatos. As mudanças mais importantes estão associadas às estruturas sociais e mentalidades que passamos a adotar, o que por sua vez alimenta e mantém essa expansão (FLORIDA, 2011, p. 26).

Estudos realizados por Florida (2011) e outros, em especial nos EUA, demonstram evidências que precisam ser consideradas quando a intenção é reter ou atrair indivíduos talentosos e criativos. Ou seja, segundo o autor, a classe criativa está-se afastando das comunidades tradicionais rumo aos lugares que podem ser considerados centros criativos. Os centros criativos costumam ser as regiões mais favorecidas economicamente da nossa era, em especial os centros urbanos, e o avanço dos centros criativos não ocorre por razões econômicas como a existência de recursos naturais ou vias de acesso, tampouco por estratégias de isenção tributária.

A economia criativa precisa de novas instituições, que Florida (2011, p. 48) chama de “estrutura social da criatividade”, tais quais: (i) novos sistemas voltados à criatividade tecnológica e ao empreendedorismo; (ii) modelos mais eficazes para a produção de bens e serviços, e (iii) um vasto meio social, cultural e geográfico propício a todo o tipo de criatividade. Vejamos que não se trata mais do mesmo, mas algo diferenciado, que dialogue com o novo momento da sociedade e com a economia criativa.

Mesmo em tempos em que se chegou a afirmar que a Geografia morreu, observa-se que as empresas, em especial as de alta tecnologia, estão concentradas em pontos específicos do espaço. Nesse sentido, tal como outras abordagens, a que versa sobre a ascensão da classe criativa ressalta a importância do fator geográfico, ao recomendar que os lugares, cidades, regiões ou territórios tenham o cuidado em se apresentar ao mundo como lugares atrativos, agradáveis, para atrair investimentos, o que implica, em última instância, criar ambientes que sejam suscetíveis ao trabalho criativo.

A CONTRIBUIÇÃO DE OUTRAS ABORDAGENS QUE RELACIONAM INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

São muitos os autores que, somando-se aos já referenciados, estabelecem uma relação causal entre inovação, desenvolvimento e ambiente territorial.

Por exemplo, Boisier (2011) defende a dependência territorial dos processos sociais, em especial, de desenvolvimento, admitindo a necessidade de intervenção humana, o que, segundo o autor, implica na existência de uma liderança virtuosa e hábil socialmente, para liderar todas as organizações, não só no cargo dos governos, senão em todo o tecido social. Para o autor, o desenvolvimento consiste na criação de condições de entorno para que os indivíduos potencializem seu *status* de pessoa humana. Já a condição de pessoa humana, para o autor, implica em algumas condições, por ele apontadas, tais como: (i) a noção de dignidade, o que supõe a inexistência de carências básicas; (ii) a noção de subjetividade do indivíduo, ou seja, a possibilidade de ser sujeito de sua história; (iii) a noção de sociabilidade, a possibilidade de convivência com seus pares e, por fim, (iv) a noção de transcendência, ressaltando a dimensão espiritual, não apenas a experiência vital da pessoa humana. Por fim, o autor ressalta algumas condições para que o desenvolvimento atenda a dimensão humana: (i) uma matriz produtiva com forte incorporação de progresso técnico; (ii) uma matriz social bem dotada de capital social; (iii) uma matriz política com elevado capital cívico, com democracia efetiva e com justiça universal; (iii) uma matriz científico-tecnológica com possibilidade de expandir-se; (iv) uma matriz ecológica que aponte a um padrão de desenvolvimento sustentável ambientalmente e, por fim, (v) uma matriz cultural produtora de uma clara identidade territorial.

Outro autor, Barquero (2011), afirma que nas últimas décadas, com cada vez maior frequência, as empresas e as organizações direcionam suas decisões de investimento e localização nos territórios mais dinâmicos e inovadores, convertendo-os em lugares estratégicos de crescimento econômico e progresso social. Com isso, os processos de transformação e mudanças não são produzidos de maneira uniforme nos territórios. Ocorrem nos espaços inovadores que exercem a liderança nos processos de desenvolvimento, pelo fato de serem capazes de instrumentar suas decisões através de sistemas criativos de produção, de organização e de interação.

Por fim, cabe destacar a referência que alguns autores fazem à categoria conceitual inteligência territorial. Farinós (2011) refere-se à inteligência territorial como o conhecimento necessário para poder compreender as estruturas do sistema territorial e suas dinâmicas, assim como o conjunto de instrumentos empregados pelos atores públicos e privados para produzirem, utilizarem e compartilharem esse conhecimento em favor de um desenvolvimento territorial sustentável. Para o autor, requer-se a existência de um adequado capital intelectual e de um suficiente nível de conhecimento disponível entre os atores implicados no desenvolvimento territorial. Já para Girardot (2009) a inteligência territorial é um meio para os investidores, os atores e a comunidade territorial adquirirem um melhor conhecimento do território, mas também de fazerem parte do processo de desenvolvimento.

Utilizando termo assemelhado, no entanto, focado em processos inovadores de articulação e gestão do desenvolvimento, Vergara Roja e Souza (2011) referem-se a um *centro de pensamento estratégico*, como uma institucionalidade que possa contar

com uma massa crítica de inteligência estratégica, envolvendo uma equipe preparada, com atributos qualificados de competência técnica e de articulação territorial. Tal centro, segundo os autores, poderá contribuir para articular agentes e construir um projeto coletivo regional, capaz de compatibilizar os interesses e visões regionais em conflito, com foco no fomento produtivo e na atração e retenção de capital humano qualificado para o desenvolvimento territorial.

Seguindo esse mesmo foco, Dallabrida (2015a) propõe estruturas de concertação social e tático-operacionais para desempenhar o papel central de articulação do processo de planejamento e gestão do território. O autor recomenda que essas institucionalidades regionais sejam compostas por quadros técnicos e de investigação. Os primeiros, com funções mais operacionais, e o quadro de investigadores com formação acadêmica qualificada, com funções de investigação, análise e prospecção de estratégias ou cenários.

O CONTRIBUTO DA (I)CONOMIA E DAS REDES COLABORATIVAS COMO NOVAS PERSPECTIVAS DA CONTEMPORANEIDADE NA RELAÇÃO INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO²

A sociedade global e cosmopolita em que vivemos sofreu alterações profundas nas últimas décadas do século XX, que deixam prenunciar mudanças societais e civilizacionais de grande alcance durante o século XXI. Falamos dos problemas específicos das sociedades seniores no mundo ocidental, dos efeitos perversos das alterações climáticas na gestão dos recursos naturais, da permanência de um desemprego estrutural, em consequência, de uma profunda desconstrução do mercado laboral tal como o conhecemos na segunda metade do século XX, dos riscos globais próprios de um mundo multipolar e da mitigação do risco moral que eles provocam. Falamos, finalmente, da emergência do “4º setor” ou da recomposição de uma economia do quaternário, por enquanto difuso e labiríntico, associado ao universo das tecnologias da informação e comunicação e às redes sociais e, cada vez mais, na interface entre a economia pública convencional, a economia social e solidária e a economia dos bens comuns colaborativos que, por conseguinte, se anuncia cada vez mais prometedora. Assim, uma parte importante da inovação e do desenvolvimento tenderá a passar pela emergência da sociedade colaborativa (Sociedade CO), pelo advento da *(i)conomia* e pela multiplicação da economia das redes e suas aplicações (economia das *apps*).

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A SOCIEDADE COLABORATIVA “CO”

É no interior desse complexo enquadramento global e tecnológico que se anunciam e emergem novas correntes de pensamento e geografias econômicas mais inteligentes e imateriais associadas à tecnologia das redes e às plataformas digitais. São movimentos muito recentes, quase sempre liderados pela geração Y, os nativos digitais que se movem à vontade no ecossistema tecnológico próprio dos sistemas interativos de comunicação *web 2.0* e *web 3.0*. Em primeiro lugar, o movimento *Share* ligado ao consumo colaborativo e à economia da partilha (*sharing economy*) (BOLTSMAN; ROGERS, 2010; GANSKY, 2012). Muito próximo desse, o movimento Acesso Livre (*Open Source*) (LESSIG, 1999; 2003; 2004) e da produção social entre pares,

² Para aprofundar a discussão das temáticas dos textos incluídos no ponto 2.5 e seguintes (2.5.1 e 2.5.2), e de outras abordagens aplicadas à governança territorial e ao desenvolvimento territorial, consultar as seguintes obras: Covas e Covas (2013; 2014a; 2014b; 2014c; 2015a; 2015b; 2016a; 2016b; 2016c).

designado de *peer to peer* ou *P2P* (KOSTAKIS; BAUWENS, 2014), e o movimento *Maker* (ANDERSON, 2012), mentor da nova revolução industrial.

Em terceiro lugar, destacam-se as diversas versões da economia do ambiente e recursos naturais, como a economia positiva (ROUER; GOUYON, 2007), a economia circular (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2016), a economia da funcionalidade e a economia simbiótica de Delannoy (2015). Em quarto lugar, uma corrente mais radical ligada à economia dos recursos naturais, denominada de economia do decrescimento, de Latouche (2011) até Jackson (2009), autor do relatório “Prosperidade sem crescimento”. Em quinto lugar, o renascimento e a renovação do movimento cooperativo, mutualista, social, solidário e voluntário traduzido em múltiplos empreendimentos e formatos organizacionais, por exemplo, em economias e sistemas de trocas locais e respectivas moedas sociais, solidárias e complementares.

Finalmente, e a culminar essa pluralidade de correntes do pensamento ao entorno de uma economia das redes e dos recursos imateriais, temos a revolução silenciosa da economia dos bens comuns colaborativos, isto é, o advento da sociedade “CO”. Se quisermos, em sentido amplo, trata-se do advento de uma economia do quaternário, não apenas no sentido restrito que lhe dá Debonneuil (2007) de “um serviço novo com um produto dentro”, mas, mais importante, de uma nova economia colaborativa em que “a tragédia dos comuns”, de má memória, dá lugar à esperança e ao “otimismo dos comuns”, uma espécie de quarto setor pós-capitalista que cresce e se alastra na zona de interface entre três subsistemas: a economia pública das infraestruturas e dos bens e serviços públicos mais convencionais, a economia social e solidária das instituições particulares de assistência social e a neófito economia dos bens comuns colaborativos. Face à convergência desses três subsistemas, podemos estar, assim, no limiar de um ecossistema colaborativo socialmente muito inovador, fortemente apoiado nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), nas redes sociais e no poder do espírito colaborativo e cooperativo.

Nesta linha de argumentação, a sociedade “CO” é a sociedade do conhecimento, colaboração, comunicação, comunidade, comunhão, isto é, a sociedade dos comuns, mas também da cooperação, confiança, contribuição, convivialidade e congratulação. O universo “CO” contempla uma gama muito variada de bens e serviços comuns: os consumos colaborativos de recursos ociosos (*sharing idle resources*), a produção social pelos pares (*peer to peer production*), os serviços partilhados pelas comunidades de utilizadores, o financiamento participativo (*crowdfunding*), os espaços comuns de criação criativa (*coworking e makerspaces*), a aprendizagem e a formação colaborativas (*opensourcing*), as moedas locais, criativas e complementares (*local currencies e creative monney*), entre outros empreendimentos da chamada economia colaborativa e contributiva (*sharing ou collaborative ou contributive economy*).

O crescimento exponencial da economia colaborativa na última década, sobretudo após a grande crise de 2008, é um sinal evidente de que a emergência da sociedade “CO” é um fato social da maior relevância societal e civilizacional que vale a pena seguir de perto e estudar com a máxima prioridade.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A EMERGÊNCIA DA (I)CONOMIA

Que terão em comum, autores tão diversos? Exemplifiquemos alguns: Castells (1999) – a era da informação, a sociedade em rede e o poder da identidade; Benkler

(2006) – a riqueza das redes ou como a produção social transforma os mercados e a liberdade; Lessig (2004) – a cultura livre e o código versão 2.0; Kostakis e Bauwens (2014) – a economia política da produção social pelos pares; Levy (1997) – a inteligência coletiva e a cibercultura; Boltsman e Rogers (2010) – a economia partilhada e o consumo colaborativo; Ganski (2012) – a economia *mesh*, ou seja, a economia de rede ou partilhada; Stiegler (2010) – a economia contributiva; Gorz (2003) – o trabalho imaterial; Rheingold (1993; 2003) – comunidade virtual e os *smart mobs*, ou seja, os telemóveis inteligentes; Shirky (2009; 2010) – o excedente cognitivo ou a criatividade e a generosidade numa era conectada; Tapscott e Williams (2008) – a *wikinomics*, ou como a colaboração em massa muda tudo; Anderson (2008) – a cauda longa, os *makers* e a nova revolução industrial; Rifkin (2014a; 2014b) – a 3ª revolução industrial e a sociedade do custo marginal zero –, entre outros autores. A substância ou estrutura comum a esse movimento polissêmico, mas convergente, são: (i) as infraestruturas de banda larga ou autoestradas da informação; (ii) cultura digital disseminada, *startups* (empresas tecnológicas) e plataformas tecnológicas; (iii) as redes sociais e sistemas de comunicação interativos, programação e *software opensource* (tecnologia de acesso livre), e (iv) modelos de negócio abertos.

Ao contrário das grandes transições civilizacionais anteriores, da oralidade para a escrita e da escrita para a imprensa, feitas sempre no universo dos átomos e moléculas, a transição da imprensa para a computação e as redes, para o mundo dos *screenagers* (geração digital), é feita dos átomos para os bits. Dito de outro modo, estamos desmaterializando a próxima grande mutação civilizacional e eliminando em boa medida as referências espaço-temporais anteriores. Essa compressão do espaço e do tempo muda a relação de necessidade entre o espaço urbano e os espaços envolventes, designadamente, o espaço rural. Desaparece progressivamente a anterior dicotomia ou dualidade rural-urbano e surgem novas oportunidades para a inovação e o desenvolvimento no continuum cidade-campo.

Os novos modelos de negócio da era e da cultura digitais exprimem cada vez mais essa mutação fundamental, onde as plataformas tecnológicas desempenham o papel principal, pois são a placa giratória de todos os interesses em presença. Estamos, assim, assistindo à transição paradigmática da sociedade dos objetos e das mercadorias para a sociedade dos ícones, dos signos, sinais e símbolos, isto é, a uma transição para a *(i)conomia*. Na nova sociedade da informação, da inteligência, da *internet*, da imaginação, da inovação, dos bens intangíveis e imateriais, assistiremos a um *trade off* (troca) permanente entre a velha economia dos produtos industriais e materiais e a nova *(i)conomia* dos serviços imateriais, numa troca constante entre produto e serviço e entre propriedade e acesso e na qual a *(i)conomia* acrescentará cada vez mais valor à economia convencional que se reduzirá no mesmo ritmo.

Em face desse neocossistema da era digital, podemos, legitimamente, perguntar-nos: no triângulo inovação, espaço urbano e desenvolvimento, como será ocupado o território e quem será o agente principal dessa ocupação? Especulativamente, pode-se afirmar que no tempo novo que se avizinha, a multiterritorialidade será um dos principais contributos das redes tecnológicas, sociais e colaborativas, sendo essa uma grande oportunidade para os territórios mais remotos e menos dinâmicos socioeconomicamente.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS RESULTANTES DOS EMBATES TEÓRICOS

Nosso propósito, aqui, é assinalar possíveis impactos na realidade concreta das sociedades provinda das mudanças apontadas pelas abordagens que se dizem inovadoras, futuristas e/ou vanguardistas. Ou seja, mesmo reconhecendo a relação necessária entre inovação, desenvolvimento e espaço urbano, procuraremos apontar desafios, com o que reafirmamos possíveis insuficiências para atingirmos um padrão de desenvolvimento inteligente, sustentável e integrador, mais humano, então. Não podemos esquecer que a desigualdade prevalece sobre a inclusão, não obstante todos os avanços teóricos registrados. O “espaço urbano ideal” deve ser, sistematicamente, confrontado com a ausência de coesão social.

Iniciemos afirmando que uma das imagens de marca dessa longa transição paradigmática para a 4ª revolução industrial é aquilo que aqui é designado como a economia das plataformas e das aplicações (*apps*), num universo digital marcado pela “*internet* das coisas” (RIFKIN, 2014a)³, a miniaturização tecnológica, as redes colaborativas e a emergência de novas formas de inteligência coletiva.

O princípio geral da economia das plataformas e *apps* é simples de enunciar: na sociedade da informação e do conhecimento, a *internet*, as plataformas tecnológicas e as redes sociais colaborativas criam condições favoráveis à formação de comunidades *online* de utilizadores e fornecedores de bens e serviços. Essas comunidades virtuais *online* se comunicam entre si por meio da *internet* móvel e interagem através de programas ou aplicações informáticas (*apps*) com mais ou menos funcionalidades e interatividade. No final, porém, o que fica por saber é se essas comunidades virtuais têm tradução concreta, prática e efetiva em comunidades reais e se, para tanto, causam uma turbulência inusitada e entram em rota de colisão com os interesses econômicos já instalados, quando se sabe que esse espaço econômico já está ocupado e utilizado pelo mundo corporativo do capitalismo mais convencional que, diga-se desde já, não parece morrer de amores pela concorrência do capitalismo popular das redes colaborativas.

Considerando que essas comunidades virtuais de utilizadores e prestadores podem cobrir um leque muito variado de atividades econômicas e sociais e que uma empresa tecnológica pode criar a aplicação para essa comunidade em modo de autogestão e autorregulação, fica a curiosidade em saber onde fica o capitalismo convencional, o capitalismo popular da economia das *apps* e, também, uma nova geração de empresas sociais inspiradas no mesmo espírito colaborativo e solidário.

Em suma, o que está em causa com a criação das redes de troca da economia colaborativa em muitas áreas, são as atividades onde hoje imperam grupos corporativos muito poderosos que impõem ao mercado custos de transação abusivos e absolutamente desproporcionados, com o único objetivo de obter lucros elevados. É o caso, por exemplo, do setor imobiliário dos centros urbanos.

Além disso, essa transição tem muitas implicações que alteram a relação de forças entre a velha economia e a nova economia. Por exemplo: (i) de uma intermediação de custo alto, para uma de custo mais baixo; (ii) da aquisição de um bem definitivo, para a prestação de um serviço temporário; (iii) da ineficiência de um recurso subutilizado, para um uso mais criterioso; (iv) de uma provisão corporativa, para uma provisão local, de proximidade; (v) de uma regulação corporativa, para uma

3 Do inglês, *Internet of Things*, compreendida como uma revolução tecnológica com o fim de conectar dispositivos eletrônicos utilizados no dia-a-dia (como aparelhos eletrodomésticos, eletroportáteis, máquinas industriais, meios de transporte, etc.) à *internet*.

autorregulação voluntária de proximidade; (vi) do poder autoritário vertical, para um poder colaborativo e lateral; (vii) de uma relação de forças do mercado, para a força da relação da economia das redes.

Parece-nos que, na atualidade, nos países do mundo ocidental, as mudanças antes anunciadas podem ser descritas como se segue. Em primeiro lugar, o setor público reduzirá as despesas, para poder reduzir os impostos. Com isso, reduzirá o emprego público, substituindo funcionários por prestadores de serviços em *outsourcing* (serviços prestados por terceiros). Em segundo lugar, a economia social e solidária passará por uma forte racionalização e contração na medida em que depende dos subsídios públicos. Com isso, reduzirá o emprego social e muitas das suas funções serão externalizadas para as comunidades locais da sociedade “CO”. Em terceiro lugar, a economia privada capitalista, devido à automatização e à concorrência feroz dos mercados globais, reduzirá ainda mais o emprego convencional e externalizará muitas tarefas que passarão a ser oferecidas pela economia *on-demand* (economia por pedido), para onde se transferirão muitos trabalhadores em regime de *freelance* (autônomo/serviço temporário). Em quarto lugar, a economia “CO”, em sentido amplo, é uma espécie de lugar geométrico de todas as externalidades, positivas e negativas, das várias economias em referência.

Além disso, na nova “sociedade CO” circularão, para além da moeda oficial, várias moedas locais e criativas enquanto o novo cidadão pluriativo receberá rendimentos, monetizados e não monetizados, com diversas proveniências, a saber: (i) um emprego em *part-time* (tempo parcial/meio período) num serviço público e/ou numa empresa privada; (ii) uma prestação de serviço em regime de *freelance* numa empresa *on-demand*; (iii) algumas horas num banco do tempo local em troca de um *voucher* (vale/comprovante válido para usufruir de serviço) e, (iv) finalmente, uma cota numa *startup* colaborativa, de uma parte dos seus recursos ociosos (*idle resources*) em troca de uma remuneração eventual.

Como facilmente se comprova, estaremos num futuro não muito longínquo, devido à quebra estrutural do emprego, tendentes à geração de uma sociedade de regimes laborais muito diversos. Do mesmo modo, acreditamos que regressaremos ao homem dos sete ofícios que o capitalismo industrial tinha desconstruído, para construir o profissional especializado do capitalismo industrial da nova era.

E por que o homem dos sete ofícios na era da *internet*? Em primeiro lugar, por que a autoformação, oferecida em *open sourcing* (quase sem custos) estará muito próxima do custo marginal zero. Em segundo lugar, por que a escassez de empregos obrigará a repartir os horários de trabalho e a oferecer um leque mais diversificado de oportunidades. Em terceiro lugar, porque todo o mercado de trabalho se tornará muito mais volátil e adaptativo. Em quarto lugar, por que se tornará absolutamente imprescindível a complementaridade de rendimentos, monetizados ou não. Em quinto lugar, por que as atividades da economia colaborativa e contributiva permitirão ensaiar novas experiências, novos saberes e novas ocupações.

É aqui que entra, progressivamente, o homem dos sete ofícios. De acordo com as suas faculdades, capacidades e experiências ele irá inscrever-se em diferentes aplicações, geridas muito provavelmente por uma *startup* (empresa tecnológica) recém-constituída, nas modalidades, horário, tempo de trabalho, pagamento, qualidade de serviço, que a sua presumida reputação lhe permitir oferecer. Poderão ser sete ofícios, mais ou menos, mas dificilmente serão sete profissões. Enquanto aguarda por uma

chamada, poderá continuar, em sua casa, na formação permanente num MOOC (*massive open online course* – formação em massa pela *internet* com custo zero).

Por fim, vem aí a multiterritorialidade. A sociedade colaborativa, a economia das redes colaborativas e das aplicações móveis, a interação entre comunidades *online* e comunidades *offline*, os novos mercados de trabalho de pluriatividade no 4º setor, anunciam a multiterritorialidade do espaço-território e, portanto, um novo campo de possibilidades para a governança e o desenvolvimento dos territórios⁴.

E o que dizer das presunções de Florida (2011) sobre a classe criativa, a qual tem uma grande mobilidade e prefere residir nas cidades que ofereçam uma série de valores, altamente dotadas de tecnologias e atrativas sob o aspecto ambiental e social? Ressaltando a dimensão espacial urbana do desenvolvimento, a questão é: quais as implicações de estratégias urbanísticas de geração ou criação de espaços mais criativos, por exemplo, na relação cidade-campo?

Servimo-nos de contribuições de Esteve (2011) sobre essas questões ao se referir às realidades europeias. Afirma o autor que, em não poucos casos, as políticas urbanísticas, pela exigência de disporem de espaços para a criatividade e a inovação, têm levado a expulsar a população vulnerável de certas áreas urbanas, para a periferia das cidades, resultado, por exemplo, da especulação imobiliária decorrente.

Por isso, Esteve (2011) propõe alternativas de articulação urbana que gerem uma cidade criativa, ou território criativo, mantendo a coesão social. Ou seja, para Esteve (2011), trata-se de gerar capital social criativo. O autor propõe estratégias para tal: (i) entendimento da cidade como um espaço público de qualidade, ou seja, que todos os lugares sejam significativos para os cidadãos; (ii) avanço para uma cidade mais compacta e homogênea, em que se multipliquem as interações e as conexões; (iii) geração de espaços de economia do conhecimento, com qualidade, diversidade de equipamentos e serviços, acessíveis e dotados de simbolismo cultural, como locais de encontro entre pessoas diversificadas; (iv) revitalização de centros e lugares históricos, disponibilizando serviços culturais de acesso livre; (v) articulação progressiva da cidade através de uma oferta cultural diversificada e de qualidade, favorecendo o sentimento de pertencimento territorial dos cidadãos; (vi) incrementação, com apoio do governo local e da sociedade, do máximo de interconexões de redes locais e internacionais; (vii) desenvolvimento de um sistema de governança territorial democrática, como modo de gestão da cidade, no qual o governo local atue como promotor, dinamizador e organizador das iniciativas; (viii) disponibilização de um potente projeto educativo, favorecendo a criatividade, a inovação e o conhecimento científico; (ix) incremento do máximo de interconexões locais e internacionais, para inovar na base da transversalidade, e dotação de singularidade do local no universal; (x) impulso no dinamismo comunitário e na responsabilidade social de cidadãos e empresas, focado na capacitação e formação da comunidade e líderes locais; (xi) apropriação cidadã do patrimônio e bens culturais, mediante a oferta cultural em um espaço público aberto, com acesso universal aos bens e equipamentos culturais, fortalecendo as capacidades criativas da população; (xii) fortalecimento das relações entre criatividade e inclusão social, por meio das artes e expressão artística, como forma de reabilitação e inserção social dos indivíduos e grupos sociais; (xiii) desenvolvimento da comunicação com base na cumplicidade humana, fomentando o uso cidadão dos bens e serviços e, ao mesmo tempo, promovendo o compromisso cívico ativo; (xiv) prestígio e reconhecimento da criatividade e do talento em todos os âmbitos profissionais e da vida cotidiana (ESTEVE, 2011, p. 267-268).

4 Utilizamos o termo governança, conforme definido em Dallabrida (2015b), para referir-nos a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais.

É muito provável que todas as pessoas de bem da sociedade brasileira e mundial concordem com recomendações do autor em referência. O desafio é sua efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até agora, a relação triangular inovação, desenvolvimento e espaço urbano não foi capaz de reduzir a desigualdade e a exclusão social, não obstante a contribuição teórica fundamental de muitas disciplinas e autores. De acordo com essas contribuições, constata-se que estamos claramente diante da necessidade de uma nova epistemologia das ciências sociais e humanas. Vejamos três manifestações, ou contradições, dessa dinâmica epistemológica: (i) assistimos no espaço urbano, ao mesmo tempo, aos fenômenos de patrimonialização, turistificação e gentrificação, onde os fenômenos de patrimonialização e turistificação colidem com a gentrificação nos centros urbanos; (ii) a formação de capital social criativo, nos termos de Esteve (2011), colide com a rigidez das instituições da velha economia; (iii) por fim, as novas instituições da sociedade digital e colaborativa só agora dão os primeiros passos e ainda não estão totalmente inscritas no espaço urbano.

Considerando os impactos dos processos inovativos, é possível concluir que avançamos tecnologicamente, mas, nem tanto como modo civilizacional. Isso, pois, apesar da formidável capacidade de introduzir inovações no modo civilizacional contemporâneo, é bom não esquecer o lado perverso das redes digitais e o risco de alienação que elas comportam. Não é demais alertar para o risco moral que os novos modelos de negócio podem implicar e estarmos atentos, por isso, aos danos colaterais e problemas resultantes. Por exemplo, como apontam os indicativos teóricos, estaremos num futuro não muito longínquo, compelidos à situação de uma sociedade de regimes laborais muito diversos, com implicações no modo de vida das pessoas e nas formas de organização da sociedade. A esse propósito, importa dizer que o gérmen da desigualdade social existe no interior da própria sociedade digital, isto é, o hiper capitalismo das macro plataformas globais (Google, Apple, Facebook e Amazon, as ditas GAFA) põe em risco os direitos sociais e laborais já adquiridos.

São riscos e situações de instabilidade, para os quais nem todos estarão igualmente preparados para enfrentar, em especial, os segmentos sociais mais fragilizados socioeconomicamente, atingindo, em especial, as populações que convivem no espaço urbano, no entanto, com reflexos assemelhados também na população rural. Portanto, todas as inovações, apesar de necessárias, até o momento, não foram suficientes para avançarmos civilizacionalmente.

Por fim, urge o cuidado para que o privilegiamento da inovação e criatividade permita a manutenção da coesão social, a preferência para uma matriz ecológica que aponte para um padrão de desenvolvimento sustentável ambientalmente, a possibilidade de pensar o futuro como uma construção social compartilhada. Dentre outros, são desafios para a almejada construção de um padrão de desenvolvimento inteligente, sustentável e integrador, com espaços urbanos, e também rurais, que permitam às pessoas viver dignamente.

Valdir Roque Dallabrida é graduado em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI); mestre e doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); professor e pesquisador no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC). E-mail: valdirdallabrida@gmail.com

Maria das Mercês Cabrita Mendonça Covas é graduada em Sociologia e Doutora em Sociologia da Família pela Universidade de Évora, Portugal; professora aposentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (UALg), Portugal; investigadora a tempo integral no Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) da UALg. E-mail: mcovas@ualg.pt

Antônio Manuel Alinho Covas é graduado em Economia pela Universidade de Évora, Portugal; mestre em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa; doutor em Assuntos Europeus pela Université Libre de Bruxelles, Bélgica; professor catedrático na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (UALg), Portugal; investigador no Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) da UALg. E-mail: acovas@ualg.pt

Artigo recebido em 3 de maio de 2016 e aprovado para publicação em 5 de abril de 2017.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, C. *The long tail*. New York: Hyperion, 2008.
- _____. *Makers: The New Industrial Revolution*. New York: Crown Publishing Group, 2012.
- AYDALOT, P. *Milieux Innovateurs en Europe*. Paris: GREMI, 1986.
- BARQUERO, A. V. Los territorios innovadores, espacios estratégicos del desarrollo. In: CURBELO, J. L.; PARRILLI, M. D.; ALBUQUERQUE, F. (Org.). *Territorios innovadores y competitivos*. Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales S.A., 2011. p. 75-88.
- BENKLER, Y. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven and London: Yale University Press, 2006.
- BOISIER, S. Decodificando el desarrollo del siglo XXI: subjetividad, complejidad, sinapsis, sinergia, recursividad, liderazgo y anclaje territorial. In: CURBELO, J. L.; PARRILLI, M. D.; ALBUQUERQUE, F. (Org.). *Territorios innovadores y competitivos*. Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales S.A., 2011. p. 51-73.
- BOLTSMAN, R.; ROGERS, R. *What's Mine Is Yours: The Rise of Collaborative Consumption*. New York: Harper Collins Publishers, 2010.
- CAMAGNI, R. (Ed.). *Innovation networks. Spatial perspectives*. London: GREMI-Belhaven Press, 1995.
- CARAVACA, I. B.; GARCÍA, A. El debate sobre los territorios inteligentes: el caso del área metropolitana de Sevilla. *Revista Eure*, v. 35, n. 105, p. 23-45, ago. 2009. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612009000200002>
- CASTELLS, M. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 3. ed. Volume I - *A Sociedade em Rede*. Volume II - *O Poder da Identidade*. Volume III - *O Fim do Milênio*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M. Em busca de uma racionalidade territorial multiníveis nos processos de governança regional: o exemplo da região do Algarve. *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 3, n. 2, p. 66-85, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/453/0>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- _____; _____. *Os territórios-rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade*. Lisboa: Colibri, 2014a.
- _____; _____. *A construção social dos territórios-rede: A inteligência territorial da 2ª ruralidade*. São Paulo: Liber Ars [eBook Kindle], 2014b.
- _____; _____. Os territórios-rede: uma nova inteligência territorial em Portugal. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). *Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs, 2014c. p. 97-119.
- _____; _____. *Multiterritorialidades I: Temas e problemas de governança e desenvolvimento territoriais*. Lisboa: Colibri, 2015a.
- _____; _____. Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial – um ensaio exploratório e prospectivo para a sociedade portuguesa. *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 5, n. 2, p. 25-47, jul./dez. 2015b. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/970>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- _____; _____. Os Territórios Inteligentes e Criativos da 2ª Ruralidade: Um Ensaio Exploratório em Redor da Dieta Mediterrânica. In: ENCONTRO LUSÓFONO EM ECONOMIA, SOCIOLOGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2., Coimbra, 2016. *Anais...* Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, set. 2016a.
- _____; _____. Cultura Digital, Inteligência Colectiva e Interdisciplinaridade. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON INTERDISCIPLINARITY IN SOCIAL

- AND HUMAN SCIENCES, 1., Faro, 2016. *Annals...* maio 2016b. p. 79-88.
- ; ----- . Dos territórios-zona (TR) aos territórios-rede (T-R): um instrumento para a 2ª ruralidade pós-produtivista. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA RURAL, 1., Ciudad Real, 2016; COLÓQUIO DE GEOGRAFIA RURAL DA AGE, 18., Ciudad Real, 2016. *Anales...* Ciudad Real, set. 2016c.
- CREVOISIER, O. *Industrie et région: les milieux innovateurs de l'Arc jurassien*. Neuchâtel: EDES, 1993.
- DALLABRIDA, V. R. *Desenvolvimento regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.
- . Territory Planning and Management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on Territorial Governance. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 4, p. 51-77, 2015a. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2031>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- . Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, n. 215, v. L, p. 304-328, 2º trim. 2015b. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n215/n215a04.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- . *Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs, 2016.
- DEBONNEUIL, M. *L'espoir économique. Vers la revolution du quaternaire*. Paris: Éditions Bourin, 2007.
- DELANNOY, I. *Atelier Symbiotic*. Disponível em: <<https://symbiotique.org>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- ELLEN MACARTHUR FOUNDATION (EMF). *Intelligent Assets: unlocking the circular economy potential*. Isle of Wight: EMF, 2016.
- ESTEVE, J. M. P. La generación de capital social creativo en las ciudades: estrategia para una ciudad creativa socialmente cohesionada. In: CURBELO, J. L.; PARRILLI, M. D.; ALBUQUERQUE, F. (Org.). *Territorios innovadores y competitivos*. Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales S.A., 2011. p. 257-284.
- FARINÓS, J. D. Inteligencia Territorial para la planificación y la gobernanza democráticas: los observatorios de los territorios. *Proyeccion*, v. 5, n. 11, p. 45-69, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.proyeccionrevista.com.ar/revistas/proyeccion-no-11-2/inteligencia-territorial-para-la-planificacion-y-la-gobernanza-democraticas-los-observatorios-de-los-territorios>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo regionalismo y desarrollo territorial em ámbitos periféricos: aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. *Revista Lider*, v. 16, ano 12, p. 9-46, 2010. Disponível em: <[http://ceder.ulagos.cl/lider/images/numeros/16/\[LIDERV016A%C3%B1o12-2010-ISSN-0717-0165\]2.-Nuevoregionalismoydesarrolloterritorial.pdf](http://ceder.ulagos.cl/lider/images/numeros/16/[LIDERV016A%C3%B1o12-2010-ISSN-0717-0165]2.-Nuevoregionalismoydesarrolloterritorial.pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- FERRÃO, J. Educação, sociedades cognitivas e regiões inteligentes: uma articulação promissora. *Inforgeo - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos*, n. 11, p. 97-104, 1996.
- FLORIDA, R. Toward the Learning Region. *Futures*, vol. 27, n. 5, p. 527-536, jun. 1995. [https://doi.org/10.1016/0016-3287\(95\)00021-n](https://doi.org/10.1016/0016-3287(95)00021-n)
- . *A Ascensão da Classe Criativa: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- FREEMAN, C. *The economics of industrial innovation*. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.
- GANSKY, L. *The Mesh: Why the Future of Business Is Sharing*. New York: Portfolio Penguin, 2012.
- GIRARDOT, J. J. Evolution of the concept of territorial intelligence within the coordina-

- tion action of the European network of territorial intelligence. *Res-Ricerca e Sviluppo per le Politiche Sociali*, n. 1-2, p. 11-29, 2009. Disponível em: <<https://inti.hypotheses.org/1279>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- GORZ, A. *L'immatériel*. Paris: Galilée, 2003.
- JACKSON, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. London: Routledge, 2009.
- KOSTAKIS, V.; BAUWENS, M. *Network Society and Future Scenarios for a Collaborative Economy*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- LESSIG, L. *Code: And Other Laws Of Cyberspace*. New York: Basic Books, 1999.
- _____. *The Future of Ideas*. New York: Vintage Books Editions, 2003.
- _____. *Free Culture*. New York: Penguin, USA, 2004.
- LEVY, P. *Collective Intelligence: Mankind's Emerging World in Cyberspace*. Cambridge, Mass: Perseus Books, 1997.
- LUNDVALL, B. *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*. Londres: Pinter Publishers, 1992.
- MAILLAT, D. Les milieux innovateurs. *Sciences Humaines*, n. 8, p. 41-57, 1995.
- MÉNDEZ, R. G. V. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. *Revista EURE*, v. 28, n. 84, p. 63-83, 2002. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612002008400004>
- _____. Renovar economías urbanas en crisis: un debate actual sobre la innovación. *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 6, n. 3, p. 4-31, nov. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1293>>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- NELSON, R. R. (Ed.). *National Innovation Systems: a Comparative Analysis*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.
- RHEINGOLD, H. *Virtual community*. Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company, 1993.
- _____. *Smart Mobs: The Next Social Revolution*. Cambridge: Basic Books, 2003.
- RIFKIN, J. *The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2014a.
- _____. *A Terceira revolução industrial*. Lisboa: Bertrand, 2014b.
- ROUER, M.; GOUYON, A. Réparer la planète: La révolution de l' économie positive. Paris: J-C Lattes, 2007.
- SANTOS, D. Teorias de inovação de base territorial. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Org.). *Compêndio de Economia Regional*. Cascais (Portugal): Princípia Editora Ltda, 2009. p. 319-352 (Vol. 1 - Teoria, temáticas e políticas).
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Série Os economistas).
- SHIRKY, C. *Here comes everybody: the power of organizing without organizations*. New York: Penguin Press, 2009.
- _____. *Cognitive Surplus: How Technology Makes Consumers into Collaborators*. New York: Penguin Press, 2010.
- STIEGLER, B. Manifeste 2010. *Ars Industrialis*, 30 out. 2010. Disponível em: <www.arsindustrialis.org/manifeste-2010>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. D. *Wikinomics: How Mass Collaboration Changes Everything*. New York: Penguin Books, 2008.
- VERGARA ROJA, P.; SOUZA, M. A. Descentralización desde la Región: experiencias y necesidades cognitivas estratégicas en Chile. *Desenvolvimento Regional em debate*, v. 1, n. 1, p. 151-178, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/69>>. Acesso em: 5 abr. 2017.